

Educação

Revolução no 2º grau

JORNAL DA TARDE

7 JAN 1996

Depois de ter dedicado o ano passado à imposição de medidas destinadas a estabelecer um controle mínimo de qualidade no âmbito do ensino superior e a acabar com o corporativismo na administração das universidades federais, instituindo um processo de avaliação dos formandos e restaurando o princípio da qualificação acadêmica como critério básico para a escolha de reitores, o Ministério da Educação vai dedicar-se este ano a mudar inteiramente o ensino de 2º grau.

Entre as medidas a serem oficialmente anunciadas em fevereiro, uma das mais importantes é a reformulação dos currículos. O MEC pretende acabar com o currículo único válido para todo o País, independentemente das diferenças entre cada região, fixando algumas disciplinas obrigatórias, mas dando aos governos estaduais a possibilidade de acrescentar novas disciplinas de interesse regional e oferecendo às escolas a prerrogativa de adotar outras matérias. Com toda essa flexibilidade curricular, o MEC deseja estimular cada colégio a desenvolver um projeto pedagógico próprio, que leve em conta o nível socioeconômico de seus alunos e os valores da comunidade em que vivem.

Outra medida fundamental a ser adotada é a organização do ensino de 2º grau a partir de dois tipos de alunos: aqueles interessados em entrar imediatamente no mercado de trabalho e os que pretendem cursar o ensino superior. Para os primeiros, o MEC pretende oferecer cursos profissionalizantes, reestruturando as escolas técnicas, que hoje têm 120 mil alunos matriculados e contam com um programa desatualizado em relação ao desenvolvimento tecnológico do País. O objetivo do Ministério é levar essas escolas a concentrar sua atuação nos setores de saúde, comércio, indústria e

agropecuária, os mais carentes, hoje, de profissionais de nível médio.

Quanto aos alunos que desejam candidatar-se a uma carreira universitária, os planos do MEC estão voltados à adoção de um modelo semelhante aos velhos cursos clássico e científico, que foram fundidos num só pela desastrosa reforma educacional promovida pelo regime militar, nos anos 60. O curso clássico formava os candidatos às áreas de humanidades, enquanto o científico preparava os alunos para as áreas de ciências exatas e biomédicas. Em vez desses dois cursos, como era antes, o MEC agora quer oferecer cinco opções: artes e comunicação, ciências sociais e econômicas, ciências exatas, ciências da vida, e línguas e literatura.

Além disso, o MEC também vai implantar este ano um programa de capacitação docente em 11 Estados, nas áreas de matemática, física, química e biologia. Esse programa se tornou absolutamente necessário como mostra um relatório que a Unesco publicou revelando que, por causa do baixo nível dos professores de 2º grau de nossas escolas públicas, o desempenho dos alunos brasileiros nessas matérias é dos piores do mundo, ficando atrás apenas dos alunos de Moçambique.

Inspiradas em bem-sucedidas experiências de reforma educacional empreendidas nos últimos anos por vários países europeus, com o objetivo de preparar as novas gerações para uma economia globalizada e condicionada pelo desenvolvimento tecnológico, essas medidas podem revolucionar nosso 2º grau. E o mais importante é que, para sua implementação, não são necessários recursos vultosos, mas somente firmeza e determinação. E isso é o que se espera do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.